

Empregados da Ameristeel vêm buscar acordo no Brasil

Negociação com subsidiária da Gerdau arrasta-se há oito meses

É tensa a negociação do novo contrato coletivo entre a Gerdau Ameristeel - empresa que reúne os ativos da brasileira Gerdau nos Estados Unidos e no Canadá - e os funcionários da usina de aços longos de Beaumont, no Texas.

Na última segunda-feira, representantes do sindicato local, o United Steelworkers (USW), estiveram em Porto Alegre para tentar discutir a renovação do contrato diretamente com a cúpula do grupo gaúcho, após oito meses de negociações infrutíferas nos EUA. Estavam acompanhados por membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical. Porém, a comitiva não foi recebida.

As discussões entre a Ameristeel e os trabalhadores de Beaumont começaram em janeiro deste ano. O recrudescimento das negociações culminou, em 26 de maio último, com a imposição de locaute - em que a empresa não permite a entrada dos funcionários no local de trabalho. Os 260 trabalhadores e a linha de produção estão parados desde então. Segundo o presidente regional da USW, Pete Savoy, a empresa tentou trazer funcionários do Canadá para retomar as atividades. A Gerdau nega.

Em e-mail, o diretor de recursos humanos da Gerdau Ameristeel, Philip Bell, afirmou que a paralisação impactou em cerca de 0,06% a receita do grupo Gerdau no primeiro semestre, que foi de R\$ 13,4 bilhões. Deixaram de ser produzidas, em maio e junho, cerca de 60 mil toneladas, 0,08% do volume total produzido.

É a primeira vez desde o início de suas operações em 1942 que o locaute é adotado em Beaumont, disse Savoy. A medida, considerada "extrema" e utilizada em poucas ocasiões pelas empresas dos EUA, foi tomada depois que o sindicato e a Ameristeel não chegaram a um consenso.

A proposta da Ameristeel, segundo a USW, previa entre outros itens o aumento de turno de trabalho de 12 para 16 horas, cancelamento do seguro-saúde, cortes de salários de quase um terço para funcionários que ganham piso salarial e não pagamento de horas extras. Já o diretor de recursos humanos da empresa disse que foi oferecido aumento de salários a dois terços dos funcionários e bônus de US\$ 500 aos demais.

Os funcionários de Beaumont pedem aumento de US\$ 2 por hora de trabalho. O salário/hora atual varia de US\$ 16 a US\$ 20. O contrato coletivo vale por quatro anos.

Ontem foi realizada nova reunião entre a cúpula da Ameristeel e a USW, mas não houve progressos, segundo o sindicato. De acordo com a Gerdau, foi discutido o reestabelecimento do seguro-saúde.

Desde o início do locaute, apenas cinco encontros foram realizados entre a Gerdau e representantes da USW. "O sindicato fez poucas propostas para que pudéssemos chegar a um acordo; o locaute foi a nossa última saída", disse Bell.

Para Savoy, funcionário da usina de Beaumont há 29 anos, esta é a mais dura negociação já ocorrida na usina. Mas tem histórico em outras quedas-de-braço. A campanha salarial anterior - quando a empresa ainda pertencia à Cargill - levou 23 meses para ser concluída. "Mas não houve fechamento de fábrica e nem desrespeito aos trabalhadores", disse o sindicalista., ao mencionar uma recente declaração do presidente da Ameristeel, Phillip Casey, em que afirmava que os benefícios dados eram um "fardo" para empresas que querem competir globalmente.

A Gerdau pode ter ainda pela frente mais dores de cabeça. No fim de julho venceu o acordo coletivo da unidade de St. Paul, em Minnesota, e neste mês vence o acordo em Wilton, no Estado de Iowa. Os sindicatos locais já articulam greve caso as negociações nesses dois estados também recrudescam. Juntas, as usinas de Beaumont, St. Paul e Wilton têm cerca de mil funcionários.

A Gerdau Ameristeel congrega 11 usinas nos EUA e três no Canadá. Em novembro adquiriu as quatro usinas da Cargill (Texas, Iowa, Minnesota e Kentucky). O valor da compra foi de US\$ 266 milhões mais dívida de US\$ 12 milhões. (Patrícia Nakamura de São Paulo) (*Valor Econômico*, 01.09.2005)

Contra o autoritarismo da grande imprensa

Pela radicalização democrática e contra a desestabilização do governo Lula

O que nós, abaixo assinados, temos em comum é uma viva esperança no processo de transformação democrática da sociedade brasileira, aliada a uma saudável descrença em relação à democracia representativa. Descrença por considerar que seus ritos e mentiras funcionam na base da limitação da própria democracia; e por acreditar também que não há democracia sem sujeitos e movimentos capazes de renovar e materializar diariamente suas bases constituintes.

A democracia representativa é parte determinante da corrupção da própria democracia. Por isso nossa relação com o candidato Lula e com o Presidente Lula nunca foi (e não é) marcada pela ilusão e nem pela desilusão.

Nunca consideramos o candidato Lula (e menos ainda o seu partido, o PT) o anjo redentor capaz de resolver todos os "problemas". Pelo contrário, sempre soubemos que a conquista do poder implicava homologar práticas de governabilidade viciadas. Isto não justifica nada, é apenas uma constatação. Poderia ser de outro jeito? Talvez, mas as correções necessárias do regime democrático não passam pela desestabilização deste governo. Pelas mesmas razões, nunca consideramos o governo Lula e suas opções em termos de políticas econômicas uma traição (da ilusão). Entendemos que se trata da política de um governo de coalizão, sustentado por um sistema representativo inserido em uma sociedade marcada, por um lado, pelos quebra-cabeças das obrigações externas e, por outro, por uma estrutura social profundamente desigual, na qual a concentração da renda e a estrutura sócio-econômica hierarquizada se misturam e se alimentam reciprocamente.

Ao mesmo tempo, se o governo Lula devia e deve ser enxergado como um governo "qualquer", isso não significa que esse governo seja igual aos outros!

Que Lula e o PT tenham tido que se "enquadrar" para "chegar lá" não significa que o governo Lula seja uma continuação da mesma repetida há séculos pela direita e pelas elites. O governo Lula é o governo mais democrático de nosso país! Não é democrático porque enquadrado, nem por "respeitar" as instituições representativas, e ainda menos pela moderação de sua política econômica. É democrático porque, apesar de todas as concessões e dos graves erros, constitui a expressão da multidão dos "sem-direitos" que construíram esse país maravilhosamente criativo e terrivelmente desigual.

Há um simbolismo cheio de conteúdo material na composição social desse governo. Esse simbolismo está longe de se reduzir à figura do operário retirante nordestino semi-analfabeto. Com Lula e o PT, pela primeira vez, o governo não se reduziu apenas aos acertos internos das elites. Apesar de os avanços não terem sido tão profundos quanto desejávamos (e ainda desejamos), o governo matizou-se na multidão de cores que constitui o Brasil dos sem-direitos: os retirantes, os operários, os sindicalistas, os militantes negros, os professores do setor público.

Há também um conteúdo cheio de simbolismo na prática do governo que está longe de se reduzir à política econômica e que envolve a potente definição (mesmo que confusa) de um novo marco de políticas sociais constitutivas dos direitos. O atual governo vem enfrentando de fato o desafio da distribuição da renda e da luta contra todas as formas de exclusão, adotando políticas sociais que, pela primeira vez, vão além da mera retórica. Algumas dessas políticas, ainda em andamento, compreendem a Reforma Universitária, o Prouni, a política afirmativa contra o racismo, o Fundeb, o Bolsa família, Ancine-Ancinav, a preocupação com o fim da epidemia da seca e sua indústria política, a auto-suficiência da extração de petróleo, a política de pesquisa em Ciência e Tecnologia, a política das patentes, as reformas microeconômicas para multiplicar as condições de acesso dos informais e dos "pobres" ao crédito e à regularização da situação de empresas que engrossam o caldo da informalidade no Brasil, dentre outras. Ainda é fundamental acrescentar às políticas sociais a adoção de uma nova compreensão da política internacional, fundada na gestão da interdependência global, com uma visão inclusiva da globalização e a aproximação com países que estão fora do arquipélago da prosperidade.

LULA É MUITO!

A campanha desestabilizadora desencadeada a partir do uso político hipócrita e moralista do escândalo dos Correios e das declarações do novo porta-voz da classe política – o duplê de cantor Roberto Jefferson – é uma ameaça golpista, arrivista ou simplesmente conservadora (qualificação que pouco importa), ao símbolo e ao conteúdo desse governo e do Presidente Lula.

Essa campanha precisa ser derrotada pela mais ampla mobilização democrática, em suas mais diversas formas de expressão: social, intelectual e política.

O estopim da crise parece ter se originado no âmbito das inevitáveis e violentas contradições internas ao próprio pragmatismo político do governo e de suas alianças. Roberto Jefferson é, nesse sentido, uma causa e um efeito. O pragmatismo do antigo campo "majoritário" do PT não inventou o Jefferson, mas não soube avaliar o verdadeiro "custo" desse tipo de alianças. Com efeito, a elite econômica e a direita social e política estão comemorando cinicamente o fato de o PT e Lula terem caído na armadilha da "continuidade". Contra os "usurpadores" sempre se usou a arma do medo.

Mas, a verdadeira crise é outra. É a crise da representação e de seu modo básico de funcionar pela inversão do próprio processo de legitimação democrática: poucos "representantes" eleitos pelo voto de "todos" acabam definindo ("governando") as condições de expressão de "todos" (os "governados"). O próprio mecanismo da representação corrompe o poder de "todos" reduzindo-o em poder de "alguns". Isso não significa acharmos que todos os políticos são corruptos. Muito pelo contrário, trata-se de afirmar que uma luta não hipócrita (não moralista) contra a corrupção não passa pelo respeito do "decoro" da representação, mas pelo reforço dos laços não-representativos entre governantes e governados, bem além dos ritos (e dos vícios) eleitorais. O orçamento participativo e o Portal da Transparência são experiências concretas – ainda bem limitadas – que vão nesse sentido.

Contra o autoritarismo da grande imprensa, pela a radicalização democrática.

O que deveria interessar ao governo Lula (e ao partido que o sustenta) não é apenas a moralização das práticas de governo, mas a transformação de seus princípios de gestão. A defesa do governo Lula não é a defesa de práticas condenáveis geradas pelo aparelhamento do Estado, mas a crença de que qualquer transformação ética da política brasileira passa por uma radicalização democrática. Este é o único caminho – exatamente porque ele é, por definição, múltiplo e aberto – para a recomposição dos meios e dos fins, momento no qual a virtude se ergue contra a fortuna, contra o acaso, contra o passado, contra tudo que é estabelecido.

Praticamente toda a grande imprensa está linchando o PT, o Governo e o Presidente. Há uma lógica revanchista perversa que diz que este governo merece ser condenado pelas práticas abusivas de quando era oposição. A crítica das velhas práticas de oposição de um país recém saído da ditadura é mais importante do que a própria estabilidade de um governo eleito pelo voto de mais de 50 milhões de brasileiros. Existe algo mais autoritário do que essa inacreditável falta de pluralismo dos meios de comunicação?

Quando os sindicatos e os movimentos sociais manifestam suas inquietações diante dessa campanha política inusitada e autoritária, recorre-se imediatamente ao que seria o "espectro" da "venezuelização", entendendo-se com isso uma virada "autoritária" do Governo. Com efeito, os arautos da moralização da democracia condenam qualquer iniciativa de mobilização democrática não-representativa. Para eles, a Venezuela dos "sem direitos" é uma ameaça.

Ao contrário, a perspectiva ética passa pela disseminação de um espaço democrático e plural pautado pelo dissenso e pela dinâmica dos movimentos. Só assim veremos surgir uma alternativa concreta (e múltipla) às soluções populistas e autoritárias de sempre.

O caminho da refundação democrática está nas relações possíveis, abertas, conflituais – dinâmica e essencialmente múltiplas – que hoje podem se constituir entre este governo e os movimentos sociais (que por vezes ele se viu tentado a usar, neutralizar, ou mesmo cooptar).

Esse é o único terreno ético possível a partir do qual avaliar o governo do ponto de vista da ampliação (e não da regressão) do processo democrático.

Nesse sentido, essa crise pode vir a ter para a esquerda brasileira um efeito positivo e libertador. Varridas certas práticas político-partidárias e respectivos pressupostos ideológicos, poderia reabrir o campo da imaginação política e subjetiva que este governo, até o momento, não soube reinventar. Para isto, claro, é preciso que o desfecho desse processo não seja regressivo. Em face desse grave risco, precisamos buscar fortalecer as potências legítimas de transformação, ou seja, de radicalização da democracia.

[Clique aqui e preencha o formulário de adesão ao manifesto](#) e [aqui para ver quem já o assinou](#)

O irrefutável aumento do emprego no governo Lula

Indicadores mostram que média de inserção no mercado de trabalho hoje é superior à da era FHC

Por Luiz Marinho

A geração de emprego e renda no Brasil vai muito além de números e estatísticas. Os índices divulgados por diferentes institutos de pesquisas, sejam oficiais ou não, têm uma importância relativa diante do que significa para o cidadão ou cidadã brasileira a sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, o êxito do governo do presidente Lula na geração e formalização de empregos celetistas, decorrente da conjugação de todas as suas políticas governamentais, vem sendo fortemente questionado nos últimos dias por setores da oposição. Estes setores, capitaneados pelo senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, apontam distorções dos registros administrativos, particularmente do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), quando comparados à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ou à Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Isto nos obriga a entrar neste debate sobre números, mostrando, de forma clara e precisa, que a acusação é fruto, no mínimo, de desinformação.

Este recurso da oposição - colocar em dúvida os indicadores do Caged - merece esclarecimentos adequados à sociedade brasileira. Em primeiro lugar porque, ao questionar os dados, a oposição simplesmente despreza as diferenças metodológicas entre a Rais, o Caged e a PNAD, além dos recortes necessários que devem ser utilizados para efeito de comparação. É importante, portanto, salientar que a Rais, além do vínculo celetista, abrange os trabalhadores estatutários, avulsos e outros vínculos não captados pelo Caged. Já a PNAD incorpora informações sobre as diversas formas de ocupações, inclusive de empregos informais; e também resulta de pesquisa domiciliar por amostragem e a unidade de parâmetro é o próprio trabalhador - independente dos vínculos empregatícios que ele possa ter. Nos registros administrativos, por sua vez, a unidade de referência básica são os estabelecimentos e são contabilizados apenas os vínculos empregatícios registrados pelas empresas.

Ao questionar os dados, oposição simplesmente despreza as diferenças metodológicas entre a Rais, o Caged e a PNAD

Em segundo lugar, ao apresentarmos a evolução do emprego celetista dos três indicadores de emprego referentes aos mandatos dos presidentes Lula (31 meses de governo) e FHC (oito anos), nos limitamos a comparar o desempenho do emprego nestes dois períodos. E a verdade é irrefutável: no governo do presidente Lula há uma geração média mensal de emprego com carteira assinada muito superior ao gerado no governo anterior. Isto é comprovado nas três fontes de pesquisa de abrangência nacional.

Os indicadores são inquestionáveis: 1) a PNAD do IBGE, aponta uma média mensal de geração de 64.244 empregos no governo Lula contra 38.909 no governo FHC (1996-2002). Os dados da PNAD estão disponíveis até 2003, portanto, não estão contabilizados os empregos gerados em 2004, que foi excepcional para a atividade econômica e emprego em geral, como apontam outros indicadores; 2) já a Rais, que também está limitada ao ano de 2003, permite identificar desempenho superior do emprego celetista no governo Lula em relação ao governo anterior. No nosso governo, a média mensal de geração, de 54.956 empregos celetistas, supera a média mensal de todo o mandato anterior, que foi de 43.033 novas colocações. Se considerarmos os dados preliminares da Rais celetista para o ano de 2004, esse montante atinge 93.397 postos de trabalho; 3) isoladamente, utilizando os dados do Caged de 1995 a 2002, o desempenho por mandatos segue a mesma tendência das bases anteriores. No governo FHC, a média mensal de empregos corresponde a 8.302, enquanto no nosso governo essa média atingiu 104.919 empregos celetistas.

O senador Virgílio está correto ao assegurar que a metodologia aplicada pelo Caged sofreu modificações no ano de 2002, mas omite um fato importante: naquele ano uma comissão formada por técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego e convidados de outras instituições decidiu que não haveria ruptura de série do Caged, mesmo com as mudanças estabelecidas. Isto está posto na Nota Técnica (NT) 51/2002 do MTE, que trata das mudanças na metodologia de cálculo de emprego. Na NT, os técnicos afirmam que "as alterações realizadas poderão implicar em diferenças geográficas e setoriais, contudo, essas diferenças serão corrigidas a cada ano, na atualização do CEE (Cadastro de Estabelecimentos de Empregadores) pela Rais, com a conseqüente geração da nova base de referência de estoques para o Caged". Portanto, o próprio governo do qual o senador fazia parte optou por dar continuidade à série histórica do Cadastro por entender que as alterações metodológicas não provocariam mudanças nos resultados do registro.

A prova disto é que após as alterações, o desempenho do emprego celetista é compatível nos diferentes indicadores. Em 2003, o Caged registrou 645 mil postos de trabalho celetista. No mesmo

período, a Rais e a PNAD registraram 659.497 (empregos celetistas) e 770.931 respectivamente. Diante das estatísticas, não há argumentos que se sustentem.

É inegável o êxito alcançado pelo governo federal na geração de emprego. A oposição resta questionar a credibilidade de registros administrativos que fazem parte da política de Estado desde o princípio dos anos sessenta. A defesa da credibilidade destes registros é fundamental, até porque eles formam um conjunto de informações relevantes para a sociedade e para a gestão de políticas públicas do governo federal e dos demais entes da federação.

Para finalizar, o principal compromisso do governo do presidente Lula é continuar perseguindo em todas as ações de governo a geração de emprego e renda, independente de qualquer polêmica com relação as estatísticas. Tarefa esta que muito nos orgulha, à frente do Ministério do Trabalho e Emprego, pela sua função maior de proporcionar ao povo brasileiro o resgate da dignidade e cidadania por meio de sua inclusão no mundo do trabalho.

Luiz Marinho é ministro do Trabalho e Emprego (*Valor Econômico*, 31.08.2005)

Brasil fica atrás de outros emergentes

Paula Leite, da Redação

A expansão do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro foi considerada positiva, mas o país ainda tem crescimento modesto quando comparado a alguns colegas emergentes, como Chile e China, que avançaram, respectivamente, 6,5% e 9,5% no segundo trimestre em comparação ao mesmo período de 2004. A expansão do Brasil foi de 3,9%.

O crescimento do Brasil também deve ficar atrás do de seus colegas no ano. O FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê que a Argentina cresça 6% em 2005, ante previsão de 3,7% para o Brasil. Já a Coreia do Sul deve crescer 4%, e a China, 8,5%.

O Brasil, assim como vários emergentes, está aproveitando um momento positivo no cenário internacional, de demanda forte, mas o país "ainda tem muito chão a percorrer", de acordo com Alex Agostini, da consultoria Global Invest.

"O resultado do PIB brasileiro é positivo se comparado ao histórico de crescimento do país, mas é fraco, quando comparado ao dos outros emergentes." Ele diz que os países emergentes crescerão em média 5,3% ao ano de 1997 a 2006, enquanto a média brasileira deve ficar em 2,4%.

Agostini acredita que, para que o país cresça mais, são necessários um aumento do nível de investimento e instituições mais fortes.

Um dos motores da expansão brasileira tem sido o aumento das exportações, que "superaram as projeções otimistas do começo do ano", segundo José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil).

O Brasil está tentando recuperar o tempo perdido em relação a outros emergentes mais "agressivos" na exportação, como China e Coreia do Sul, diz Castro. "O problema é que esse tempo perdido é muito tempo", afirma ele.

Castro diz que o Brasil está adiantado, no que diz respeito às exportações, em relação a seus colegas da América Latina (exceto o México) e da África.

A concentração brasileira no setor externo significa que, se houver uma queda na demanda externa, haverá efeitos negativos na economia, segundo Agostini. Ele diz que o Brasil tem que tentar minimizar os riscos fortalecendo a atividade interna, o que já começa a acontecer, com uma melhora no consumo das famílias.

Alguns dos fatores que podem contribuir para uma desaceleração mundial e, com isso, uma queda da demanda por produtos brasileiros são o aumento do petróleo e a elevação dos juros dos Estados Unidos.

Para Agostini, a escalada dos preços do petróleo pode diminuir a renda disponível em outros países, como os EUA, e levar o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) a aumentar os juros para conter a inflação.

Quando aumenta o retorno de ativos americanos, a tendência dos investidores é retirar dinheiro de emergentes como o Brasil para investir em títulos do Tesouro dos EUA, mais seguros. Com isso, pode haver desvalorização do real e um aumento da inflação no Brasil, diz Agostini. (*Folha de S.Paulo*, 01.09.2005)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>